

Defesa de ex-presidente afirma que ação policial teve excesso

Flávio Bolsonaro chama operação de cinematográfica; Michelle cita a Bíblia

SÃO PAULO A defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) divulgou nesta segunda-feira (29) afirmando que a PF agiu com excesso nas buscas realizadas em operação mirando o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RR), em Angra dos Reis.

A defesa entende que houve um excesso no cumprimento da busca e apreensão, ao passo que foram apreendidos objetos pessoais de cidadãos diversos do vereador Carlos Bolsonaro, apenas pelo fato de estarem no endereço em que a busca foi realizada, diz nota assinada pelos advogados Paulo Arradour da Cunha Bueno, Daniel Bettamio Tesser e Fábio Waingarten.

A defesa também citou que foram apreendidas anotações de uma busca do ex-presidente que havia participado no domingo (28).

Disse ainda que "apesar das minúsculas buscas feitas pelos agentes em todos os cômodos do imóvel, com a nítida tentativa de encontrar algo que pudesse comprometer a reputação ilibada do ex-presidente da República, nenhum item seu foi apreendido".

Nas redes sociais, o ex-presidente falou em perseguição à família. A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro (PL) publicou também nas redes um salmo: "Nenhuma arma forjada contra você prevalecerá, e você refutará toda língua que a acusar".

Antes das buscas, em live no

domingo (28) ao lado dos filhos Flávio, Carlos e Eduardo, Bolsonaro negou ter criado uma "Abin paralela" para espionar adversários. Outra ação relacionada ao inquérito já tinha sido deflagrada na quinta passada (25), mirando um aliado da família, o deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RR).

Na live, Bolsonaro chamou Ramagem de "um cara fantástico" e falou que costumava reclamar, quando presidente, de não haver um serviço de inteligência no governo. Também fez uma série de críticas ao ministro Alexandre de Moraes, que conduziu os inquéritos no Supremo Tribunal Federal.

Carlos ainda não se manifestou sobre a operação desta segunda-feira. Eduardo Bolsonaro (PL-SP) escreveu nas redes sociais que o mandato de busca e apreensão era tão genérico que os agentes da PF cogitaram apreender o celular dele e das demais pessoas que estavam na casa. Ele disse que o ex-assessor Tércio Tomaz, investiga-

do como integrante do "gabinete do ódio", teve aparelhos eletrônicos apreendidos, mesmo sem ser alvo do mandato. Eduardo disse ainda que os agentes não aguardaram 30 minutos pela chegada dos advogados da família, e mantiveram a apreensão do material de Tércio.

"Esse estado de coisas não pode permanecer, não pode uma ordem judicial ter uma ampliação dessa forma. Isso é ato ilegal, além de imoral", escreveu o deputado.

Eduardo também negou que a família tenha fugido de barco ao saber da operação. Ele disse que Jair foi para o mar antes de os agentes chegarem, e que o ex-presidente e Carlos Bolsonaro retornaram quando souberam da ação.

Bolsonaro disse à coluna Mônica Bergamo que a intenção da operação desta segunda-feira é "esculchar" com a sua família. O ex-presidente afirmou que querem encontrar algo para envolver o em

algum crime, mas que não vão conseguir. "Estão jogando rede, pescando em piscina. Não tem peixe", disse.

O ex-presidente foi alvo de buscas em sua casa, em Brasília, no ano passado, em operação envolvendo falsificação de certificados de vacinação. O senador Flávio Bolsonaro (PL) afirmou que "a Abin paralela não existe e é investigada pela PF paralela de Lula".

"A democracia sendo destruída por quem diz defendê-la. Não vamos desistir do Brasil", escreveu ele, em uma rede social.

Flávio afirmou ao jornal O Globo que a PF fez uma "operação cinematográfica" para apreender um aparelho eletrônico. "Até helicóptero pousou aqui na vila. Teve uma aglomeração na frente da casa do meu pai para apoiá-lo. É isso que o Alexandre [de Moraes] está arrumando".

Disse ao jornal que saiu para pescar com o pai e os irmãos às 5h30, e que ele soube da operação quando estava dentro da água. "Eu estava fazendo uma pescaria legal. O que a PF está fazendo é uma pescaria ilegal, que não é permitida pela nossa Constituição e nem pela nossa legislação", afirmou.

O ex-secretário de Comunicação da Presidência Fábio Waingarten saiu em defesa da família. Ele escreveu nas redes sociais que Bolsonaro saiu para pescar às 5h, antes da operação da Polícia Federal, ne-

gando que a família tenha fugido da ação.

No semana passada, após ação deflagrada pela PF contra outro deputado bolsonarista, Carlos Jordy (PL-RR), integrantes da oposição e bolsonaristas passaram a tentar articular a votação de pautas no Congresso em reação ao Supremo.

O objetivo é votar projetos que afetem diretamente o Judiciário, acusado por esses parlamentares de extrapolar suas prerrogativas. Jordy e Ramagem sofreram buscas em seus gabinetes dentro da Câmara dos Deputados.

Apesar de não estar presente em encontro promovido na semana passada, o centrão, que é chefiado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), corrobora, nos bastidores, essas críticas.

Tarcísio e Nunes evitam comentar operação da PF

Carolina Linhares

SÃO PAULO O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e o prefeito da capital do estado, Ricardo Nunes (MDB), se recusaram a comentar a operação da Polícia Federal que mira a chamada "Abin Paralela" do governo Jair Bolsonaro (PL).

Durante anúncio da construção de piscinão no Morumbi, Tarcísio foi questionado sobre a operação. "Não vou comentar", respondeu.

Nunes, que concorreu à reeleição neste ano com o apoio de Bolsonaro, tampouco comentou. Mais cedo, dissera que nem sequer sabia o que havia acontecido. "Nem sei da operação. Teve operação?"

Entenda a operação em 5 pontos

Abin A Agência Brasileira de Inteligência é um órgão cujo objetivo é oferecer informações estratégicas para a Presidência da República e ministérios. Ela foi criada em 1999, e deve ser apartidária e apolítica, além de não ser "responsável pela condução de investigações criminais".

Atualmente, o diretor-geral da Abin é Luiz Fernando Corrêa. A agência está vinculada à Casa Civil. Na época em que teria usado ilegalmente o software espião, a **Abin estava sob o comando de Alexandre Ramagem e era vinculada ao GSI** (Gabinete de Segurança Institucional).

CIN O CIN (Centro de Inteligência Nacional) foi criado pelo então presidente Jair Bolsonaro (PL) em julho de 2020, e foi desmontado no governo Lula (PT). Estavam entre as atribuições do CIN planejar e executar atividades de inteligência relacionadas a "ameaças à segurança e à estabilidade do Estado".

Composaram a nova estrutura pessoas ligadas ao clã Bolsonaro e Ramagem. Por isso, o centro foi apelidado de Abin paralela. Depoimentos de servidores e documentos de apuração interna do órgão mostram o uso do **FirstMile** por pessoas do CIN.

FirstMile É um software de monitoramento produzido pela empresa israelense Cognityte. O programa foi adquirido pelo governo **Michel Temer (MDB) por R\$ 5,7 milhões e usado pela Abin entre 2019 e 2021**, e acessava dados de geolocalização dos rastreados. Ele não podia interceptar ligações.

Alexandre Ramagem Era o diretor da Abin na época em que a agência teria usado ilegalmente o software espião. Ele é deputado federal do Rio de Janeiro pelo PL e pré-candidato do partido para a Prefeitura carioca. É corrompido por ser próximo da família Bolsonaro.

Como mostrou a **Folha**, Ramagem é investigado porque os **monitoramentos ilegais ocorreram durante sua gestão**, e teria sido corrompido para evitar a divulgação de informações sobre o programa. Ele nega irregularidades.

Alvos A PF investiga se a Abin utilizou o software espião FirstMile e produziu relatórios sobre ministros do STF e adversários do ex-presidente. Em um dos casos, a "Abin paralela" teria tentado atrelar os ministros do Supremo Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes à facção criminosa PCC.

Outros nomes alvo são o atual ministro da Educação, Cássio Santana (PT), o então presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e ex-deputada Joice Hasselmann, e a procuradora responsável pela apuração do assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL) e do motorista Anderson Gomes.

A Polícia Federal ainda encontrou indícios de que a agência atuou para **forçar informações sobre investigações em andamento** a Jair Bolsonaro e Flávio Bolsonaro, filhos do ex-presidente.



O ex-presidente Jair Bolsonaro fala em live no domingo (28), ao lado dos filhos Flávio, Eduardo e Carlos. Reprodução

'Abin paralela' alvo da PF já foi comentada por Gustavo Bebianno e pelo próprio Bolsonaro

Ana Gabriela Oliveira Lima

SÃO PAULO A suposta realização de atividades ilegais na Abin já foi comentada por Gustavo Bebianno, ex-ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência no governo de Bolsonaro.

Em entrevista em março de 2022 ao programa Roda Viva, da TV Cultura, Bebianno afirmou que circulava no governo um plano para monitorar adversários nos políticos.

Disse que a ideia foi de Carlos e que ele, o então ministro-chefe do GSI (Gabinete de Segurança Institucional), general Augusto Heleno, e o então ministro-chefe da Secretaria de Governo, Carlos Alberto Santos Cruz, sabiam do plano. "Um belo dia o Carlos me aparece com o nome de um delegado federal e de três agentes que seriam uma Abin paralela porque ele não confiava na Abin", afirmou.

Segundo ele, Bolsonaro foi aconselhado a não pôr o pla-

“

Um belo dia o Carlos me aparece com o nome de um delegado federal e de três agentes que seriam uma Abin paralela porque ele não confiava na Abin

Gustavo Bebianno ex-ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência no governo Bolsonaro, ao programa Roda Viva, da TV Cultura, em 2020

“

O meu [sistema de inteligência] particular funciona. Os outros que tem oficialmente desinformam

Jair Bolsonaro (PL)

ex-presidente da República, criticando em reunião ministerial o trabalho da Abin, que não lhe daria as informações que queria

no em prática. Bebianno disse não saber se a ideia de Carlos teria sido implementada. Um mês depois, em reunião ministerial em abril de 2020, o então presidente Bolsonaro afirmou que tinha um sistema de inteligência particular.

Também fez críticas ao sistema de inteligência brasileiro e disse que ele desinformava. "Tenho a PF que não me dá informações, eu tenho as informações das Forças Armadas que não têm informações. A Abin tem seus problemas, tem algumas informações. Só não tem mais porque está faltando realmente... temos problemas. Aparelhecimento, etc.", disse.

Sobre um sistema de inteligência particular, disse: "O meu particular funciona. Os outros que tem oficialmente desinformam. E voltando ao tema, preciso não ter informação do que ser desinformado por sistema de informações que eu tenho".

Em live no YouTube neste

domingo (28), Jair Bolsonaro negou a existência de uma "Abin paralela" para monitorar adversários.

Ele relativizou a fala da reunião ministerial em que disse ter um sistema de inteligência particular e disse que fazia referência a contatos que fazia com autoridades para entender situações que aconteciam no país, sem ações ilegais.

Joice Hasselmann, ex-deputada pelo PSDB de São Paulo, disse, em entrevista ao UOL no último dia 25 de janeiro, que chegou a ouvir rumores sobre uma "Abin paralela" quando era aliada do ex-presidente.

Segundo a investigação da PF, ela teria sido um dos alvos monitorados ilegalmente. Ela disse que, na época, Bebianno comentou com ela a existência da Abin paralela, mas que não levou "tão a sério".

Afirmou ter, na época, confirmado a existência da Abin paralela. E também teria identificado estar sendo seguida após comprar com o governo. Na entrevista, disse ainda acreditar que a PF vai descobrir a existência de grampios ilegais feitos pelo governo.